

Acordando a Base

HOLTZ, Abel. "Acordando a Base". Agência CanalEnergia. Rio de Janeiro, 8 de maio de 2017.

A força térmica é, há muitos séculos, conhecida. Basta lembrar que navios, locomotivas sempre usaram o vapor para produzir movimento para sua operação. Não há segredos para uso da fonte térmica. A descoberta do funcionamento de térmicas na base no sistema elétrico brasileiro não é algo novo e a expansão da sua contribuição à oferta de energia elétrica será adotada, a despeito da antiga cultura operacional do seu despacho.

Cabe recordar ainda que a produção de energia elétrica por térmicas é possível de distintas fontes. Podem ser nucleares, biomassa, resíduos sólidos, gás natural, carvão, biogás, termo solares e até esgotos como na Califórnia (USA). No caso atual, onde a análise pelos órgãos do governo para o uso das térmicas a gás natural na matriz de geração operando na base não seria uma novidade, pois as nucleares Angra 1 e 2 e aquelas a carvão existentes no Brasil já operam desta forma. Entretanto a expansão do uso de térmicas na composição da matriz tem sido algo considerado como uma modificação da cultura hídrica.

No caso das nucleares estas estão a depender da continuidade de Angra 3 e da eventual participação privada na construção e operação lembrando que o programa inicialmente imaginado previa cerca de 8 usinas. As usinas que usam o carvão como combustível tem tido restrições operacionais quanto ao impacto ambiental que causam e seu desenvolvimento na contribuição à matriz de geração tem sido limitada. Outras térmicas como aquelas de biomassas, biogás, aparas de madeira, bagaço de cana estão aí, mas, o incentivo a sua maior participação é limitado como também sua contribuição em termos de potencia apesar da sua dispersão territorial ser algo desejável para a eficiência do suprimento.

Quanto as térmicas a gás natural elas têm evoluído na sua participação na matriz de geração, mas, dado a forma de operação seus custos têm competição limitada e ajustes que podem ser dados pela operação na base, com a consequente compra de combustível em contratos de longo prazo, levaria a preços da energia elétrica produzida substancialmente adequados à competição com outras fontes. Sempre que vencidos os limites culturais quanto a sua operação.

No contexto positivo teríamos que construir terminais de recepção e vaporização ao longo do litoral brasileiro para a recepção e armazenamento do combustível que trazido por navios tanque na forma líquida (a menos 237 graus) na proporção do seu uso, o combustível é vaporizado a temperatura ambiente para sua queima nas suas turbinas. Cabe registrar que esta vaporização também permitiria a criação de armazéns frigorificados com custo muito baixo para ser utilizado na exportação das nossas "commodities" nestes novos portos onde os terminais seriam localizados.

Claro que no caso dos jazimentos de gás natural no território brasileiro como no norte de Minas Gerais, Espírito Santo ou no Ceará ou ainda conectadas a gasodutos como no Mato Grosso do Sul ou São Paulo, que já trazem o combustível vaporizado, não haveria necessidade de terminais. Neste caso o problema é outro, ele se localiza

na existência de água para o arrefecimento, que impedem sua construção como a térmica de Paulínia, ou, encarecem a operação, como é o caso das térmicas do Ceará.

O uso de térmicas a gás natural liquefeito poderia estar funcionando desde a década de 80 quando o Brasil recebeu a oferta de um dos países fornecedores desde combustível, em contratos de longo prazo incluindo até a construção dos terminais de recepção e vaporização com financiamentos dos fornecedores, que além da parceria na construção das usinas teriam preços bastante competitivos para o gás natural fornecido. Este projeto foi rejeitado não só pela cultura de operação que ainda permanece, mas, porque a empresa ofertante era estrangeira e estaria “agredindo” o monopólio para o combustível então existente.

Agora cabe ressaltar que não basta definir que as usinas a gás natural poderão operar na base, mas, também criar as condições para a existência da logística da recepção do combustível, seu armazenamento em portos ainda não congestionados e seguros ou construir novos e exclusivos terminais para este fim, bem como, sua conexão ao sistema elétrico e sendo possível, em regiões quanto maior for sua eficiência para o atendimento da carga. E ainda, redefinir a tributação para este combustível que tem diferentes alíquotas em razão do seu uso.

O programa Gás para Crescer, no qual as termelétricas a gás natural operando na base se constituem em um componente natural e central, onde a estrutura de gasodutos, centrais de regaseificação e as regras de comercialização em grosso desse energético compõem um tema obrigatório, poderá com um bom arcabouço regulatório criar as condições para que os investimentos consequentes ocorram incluindo a infraestrutura necessária para que as termelétricas sejam implantadas, e como consequência o País aumentará sua segurança energética e seu dinamismo econômico de forma racional, sem atropelos e ilusões centralizadoras.

Abel Holtz é engenheiro e empresário estuda e desenvolve trabalhos na área de concessões particularmente no setor elétrico